

# Facções se infiltram no poder local para capturar contratos

—Visando acordos milionários com prefeituras, criminosos se associam à política e buscam novas oportunidades de lucro e lavagem de dinheiro

Integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) estão se infiltrando nos municípios para capturar contratos milionários com prefeituras do País. A ação dos criminosos foi detectada nos últimos anos em investigações realizadas em São Paulo, Rio, Bahia, e Ceará, entre outros Estados. Para as facções, ao contrário das milícias, não é o domínio do poder local que está em jogo, mas a oportunidade de obter novos lucros e lavar o dinheiro do tráfico de drogas em atividades lícitas. É por isso que o apoio a candidatos a vereador e a prefeito é mais importante do que eleger deputados e senadores.

A partir de hoje, o Estadão publica uma série de reportagens com dados sobre a atuação do crime organizado no poder público. Documentos inéditos de investigações mostram o pagamento milionário de uma prefeitura, por meio de contratos aditivos, para empresas de transporte ligadas ao crime (mais informações na pág. A8). Ao mesmo tempo, um vereador teve a em-

presa apontada como elo para pagamento mensal a integrantes de organização criminosa. O envolvimento do crime, no entanto, tem consequências. Um ex-político, por exemplo, terá de arcar com o pagamento de multa por condenação pelo envolvimento com pessoas ligadas ao PCC. No Nordeste, a ação do Comando Vermelho culminou até com o assassinato de um parlamentar, como apontam investigações na região. Há ainda detalhes de influência dos clãs milicianos no Rio de Janeiro visando as próximas eleições.

**CÂMARAS.** “Se o PCC conseguir eleger um deputado terá apenas um entre 513 parlamentares. É muito mais interessante para seus integrantes ter acesso às Câmaras Municipais, onde são discutidos os contratos da coleta de lixo e as regras do transporte público e do uso e ocupação do solo”, disse o promotor Lincoln Gakiya, do Grupo de Atuação Especial e Repressão do Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público de São Paulo.

Trata-se de um movimento

silencioso, um passo fundamental na transformação de uma facção criminosa em uma organização mafiosa, o passo que parecia faltar para que uma gangue nascida no interior de um presídio se transforme em uma ameaça à segurança nacional. O Estadão ouviu

**“É muito mais interessante para seus integrantes (do PCC) ter acesso às Câmaras Municipais, onde são discutidos os contratos da coleta de lixo e as regras do transporte público e do uso e ocupação do solo”**

**Lincoln Gakiya**  
Promotor

alguns dos mais importantes responsáveis pelo combate ao crime organizado e mostra, nesta série de reportagens, um diagnóstico do desafio para a segurança pública imposto pelos bandidos no País.

“O PCC, pelo que vem sendo informado, está querendo se

infiltrar na administração pública e na vida política, elegendo representantes insuspeitos”, alerta o desembargador aposentado e ex-secretário nacional antidrogas, Walter Maierovitch. Esse é um processo que começou há 20 anos, quando Antonio José Muller Junior, o Granada, viu nos pe- rreiros de São Paulo uma oportunidade de negócios.

Granada foi condenado a 30 anos de prisão, na Operação Ethos, que investigou a Sintonia dos Gravatas, o departamento jurídico do PCC, e sua infiltração no Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana. Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, o chefe do PCC, também foi condenado no mesmo processo. Granada está preso e seu advogado, Eliseu Minichilo, não foi encontrado pela reportagem.

O crescimento das organizações criminosas põe em risco não apenas os moradores de comunidades afetadas pelo tráfico, mas até mesmo os chefes de Poderes, como o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco

(PSD-MG) e o da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e políticos como Sérgio Moro (União-PR), que tiveram seus passos vigiados a mando da cúpula do PCC. Por enquanto, os mafiosos brasileiros preferiram conviver com o Estado por meio da corrupção, em vez de desafiá-lo abertamente por meio do “chumbo”.

Quem explica a razão disso é Maierovitch. “Toda máfia, ou pré-máfia, é parasitária. O grande erro de Totó Riina (Salvatore Riina, chefe da Máfia da Sicília), segundo os colaboradores da Justiça, foi enfrentar o Estado, declarando-lhe guerra. Com a declaração de guerra e os ‘cadáveres de excelência’, como juízes, procuradores e policiais, a administração pública passou a cortar a ‘infiltração mafiosa’, sempre feita por interpostos empresários. A fonte secou”, afirmou.

Além de se infiltrarem no transporte público em São Paulo e em outras cidades do Estado, integrantes do PCC também teriam capturado contratos da área da saúde, da coleta de lixo e buscaram influenciar o uso e ocupação do solo em áreas de preservação ambiental. Para tanto, apoiaram ou financiaram candidatos nas eleições de 2016 e de 2020 em cidades como Arujá, Embu, Praia Grande, Santos e Campinas, conforme denúncias investigadas pela polícia. Em uma delas, o prefeito eleito nomeou um

secretário de governo. Em outra, os bandidos se apossaram da coleta de lixo. ● MARCELO GODOY, HEITOR MAZZOCO E RAYANDERSON GUERRA

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 7